



PARECER
ORGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Item 51, Anexo I da Resolução TC N° 112/20

Em atendimento a exigência contida na resolução do TCE/PE, no que se refere as contas prestadas pelo prefeito do município de Tacaratu, Estado de Pernambuco, nos termos do artigo 71, inciso I, da Constituição Federal, relativas ao exercício 2020, notadamente no que ao cumprimento das disposições constitucionais e legais relativas a forma e ao conteúdo dos demonstrativos e demais documentos apresentados, foi possível observar que:

1. A prestação de contas foi elaborada com observância dos parâmetros da mencionada resolução, tendo os demonstrativos contábeis e de gestão fiscal de acordo com os modelos e orientações definidos pela Lei Federal nº 4.320/1964, pela secretaria do Tesouro Nacional e decisões emanadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco;
2. A aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino representou um montante equivalente a 34,38% a receita resultante de impostos, atendendo ao dispositivo no caput do artigo 212 da Constituição Federal;
3. Os recursos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde totalizaram 39,42%, dos impostos a que se refere o artigo 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º, da Constituição Federal, atendendo ao disposto no artigo 77 do Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, as ações e serviços públicos de saúde, foram disponibilizados para acesso de todos os cidadãos de forma igualitária, gratuita e universal, referidas ações e serviços anuíram com as metas explícitas no Plano de Saúde Municipal, a aplicação dos recursos estiveram sob a responsabilidade executiva do setor de saúde, as despesas com ações e serviços públicos de saúde foram movimentadas em fundo próprio da saúde, em cumprimento aos dispositivos legais do artigo 2º da LC 141/2012.
4. A remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, atingiu 71,06%, preenchendo os requisitos legais exigidos pelo artigo 22 da Lei Federal 11.494/2007.



5. No tocante ao repasse do duodécimo, os valores repassados para a Câmara Municipal para despesa do legislativo a qual se refere o art. 29, caput da CF, guardou compatibilidade com o limite de 7% fixado no artigo 29-A da Constituição Federal.
6. O comportamento da despesa total com pessoal durante o exercício de 2020, no primeiro período de apuração, guardou compatibilidade com os limites estabelecidos no artigo 20, inciso III, alínea “b” da Lei Complementar nº 101/2020, no segundo período de apuração, não guardou compatibilidade com os limites definidos no artigo 20, inciso III, alínea “b” da LRF e no terceiro período de apuração, guardou compatibilidade com os limites definidos no artigo 20, inciso III, alínea “b” da LC 101/2020.
7. Sobre a dívida consolidada líquida, conforme se depreende do Anexo 2, do relatório de gestão fiscal (RGF), o percentual da Dívida Consolidada foi de -2,69, o percentual determinado pela Resolução nº 40/2001 do senado federal, em seu Art. 3º, inciso II, não poderá exceder 1,2 (um inteiro e dois décimos), vezes a receita corrente líquida, tendo o percentual da DCL, obedecendo o limite fixado na supracitada resolução.
8. Com relação a operação de crédito, insta salientar que não foi realizada nenhuma operação de crédito no exercício no qual se infere a Prestação de Contas.

É o parecer.

Tacaratu, 31 de dezembro de 2020

Railson Rodrigo da Silva

Controlador Interno